



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

**Excelentíssima Senhora
Vereadora Quelli Cássia Couto
DD. Presidente da Câmara Municipal de
LAGOA DA PRATA/MG**

Senhora Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 53, c/c o art. 69, IV, ambos da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar integralmente, por ser contrário ao interesse público, a Proposição de Lei Complementar nº. 7, de 22 de setembro de 2020.

Com as razões anexas, devolvo a matéria à essa Egrégia Câmara Municipal, para o necessário reexame.

Sendo só para o momento, reitero, no ensejo, protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Lagoa da Prata, 16 de outubro de 2020

**PAULO CÉSAR TEODORO
PREFEITO MUNICIPAL**

RECEBI em 16.10.20
[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Lagoa da Prata, 16 de outubro de 2020.

RAZÕES DE VETO

Proposição de Lei Complementar nº. 7/2020

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Trata-se de Proposição de Lei que **"Altera a Lei Complementar Municipal nº. 176/2017, que Dispõe Sobre a Instituição do Plano Diretor do Município de Lagoa da Prata, Decênio 2017-2026."**

Por meio da referida proposição a Câmara Municipal altera a redação dos incisos V, VII, VIII e X do *caput* do art. 54 e ainda o inciso VIII do § 2º do mesmo art. 54, todos da Lei Complementar Municipal nº. 176, de 01 de janeiro de 2017.

Conforme já informado a V.Exa., decidi vetar integralmente a presente Proposição de Lei Complementar por ser a mesma contrária ao interesse público.

Inicialmente aponto que todo o Processo Legislativo referente à mencionada proposição ignora as alterações implementadas nos incisos V, VII, VIII e X do *caput* do art. 54 da LC nº. 176/17, como que se a Proposição de Lei Complementar nº. 7/2020 cingisse-se à alteração implementada no inciso VIII do § 2º art. 54.

Ou seja, sob pretexto de "corrigir erros materiais" a Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no apagar das luzes da legislatura tenta mutilar o Plano Diretor adotando conduta que seria algo como que um "Cavalo de Tróia".

Peço *vênia* pela utilização de linguagem conotativa, mas a proposição apresentada carece de tanto.

Percebam, durante todo o trâmite do processo legislativo o tema único apresentado fora o eventual erro material no inciso VIII do § 2º do art. 54 da LC nº. 176/17, contudo, quando o projeto atravessou "as muralhas" do executivo, descobriu-se que em seu interior havia muito mais. As alterações dos incisos V, VII, VIII e X do *caput* do art. 54 se "ocultavam no interior" da proposição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

A situação é tão inédita que por razões que desconhecemos nem a justificativa do projeto de lei complementar, nem a orientação técnica emitida pela assessoria jurídica, nem mesmo o "parecer" das três comissões pelas quais passou o PLC abordaram as alterações implementadas nos incisos V, VII, VIII e X do *caput* do art. 54 da LC nº. 176/17.

Enfim, a proposição de lei complementar nº. 7 de 2020 produz cinco alterações na legislação municipal, mas o faz como que se tudo fosse uma única alteração.

Não fosse suficiente, todas as alterações possuem relação com a disciplina dos requisitos urbanísticos para os loteamentos (tema polêmico que até recentemente estava sob impedimento judicial), sendo que o necessário controle social a ser feito pelos Conselhos Municipais fora ignorado durante todo o processo legislativo.

Assim, como na primeira oportunidade, a Câmara Municipal por iniciativa própria de seus membros e sem consultar aos órgãos técnicos competentes tenta realizar drástica alteração no Plano Diretor em tempo recorde e não observando as regras regulamentares.

Finalmente, mas não menos grave, pontue-se que quando da elaboração da proposição ora vetada restou violado frontalmente o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, notadamente os artigos 47 e 54, sendo, portanto, mais uma razão a ensejar o devido veto por contrariedade ao interesse público.

Conforme se verifica da redação do art. 47 e do art. 54 do Regimento Interno, as Comissões têm (dever-poder) que estudar e apreciar os assuntos submetidos a exame, de modo que a mera reprodução *ipsis litteris* da orientação técnica firmada pelo Assessor Jurídico do legislativo tanto pela Comissão de Educação, Saúde, Turismo, Meio Ambiente e Defesa dos Direitos Humanos, quanto pela Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas, Obras e Serviços Públicos e também pela comissão que realiza o Controle de Constitucionalidade prévio no legislativo local, qual seja, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, maculam completamente a proposição vetada.

Diante do exposto, verifica-se que a proposição de Lei Complementar nº. 7, de 22 de setembro de 2020 é contrária ao interesse público, razão pela qual o veto integral se faz necessário.

CONCLUSÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Na Administração Pública, notadamente do Regime Jurídico Administrativo, impera o Princípio da Supremacia do Interesse Público e da indisponibilidade do interesse público (prerrogativa e restrição). Portanto, o veto possui respaldo no interesse coletivo.

Estas, Senhora Presidente, são as razões que me levaram **vetar, integralmente**, a Proposição de Lei Complementar nº. 7, de 22 de setembro de 2020, não sem contar com a alta compreensão de Vossas Excelências, e assim sendo, devolvo o assunto à nova apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Atenciosamente,

PAULO CÉSAR TEODORO
Prefeito Municipal